



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



CORTE ESPECIAL

PROCESSO Nº 0014171-31.2011.8.17.0000 (0062945-0/03)

AÇÃO RESCISÓRIA

AUTOR: ESTADO DE PERNAMBUCO

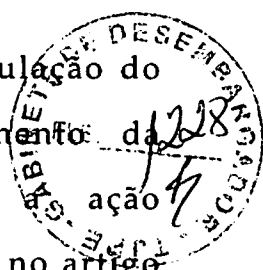
RÉU: ESPÓLIO DE MARIA LUIZA DANTAS ALCOFORADO

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA CAUSA. INADMISSIBILIDADE. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS POR FALTA DE COMUNICAÇÃO DO FALECIMENTO DA EXEQÜENTE. INACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. – À UNANIMIDADE DE VOTOS, JULGOU-SE IMPROCEDENTE A RESCISÓRIA.

1. As matérias ventiladas através da ação rescisória já foram detalhadamente examinadas nesta Corte de Justiça por ocasião dos julgamentos dos embargos à execução e dos embargos declaratórios referidos pelo demandante, pelo que, conforme entendimento jurisprudencial consolidado, resta inadmissível, nesta parte, a presente ação, visto que a parte pretende, tão somente, a rediscussão da causa.

2. De outra parte, no que se refere ao pedido de anulação do feito por não ter sido comunicado o falecimento da impetrante/exeqüente, mostra-se improcedente a ação rescisória. Na verdade, a inobservância do disposto no artigo 265, inciso I, do CPC, enseja apenas nulidade relativa, de modo que, não havendo prejuízo aos interessados - especificamente ao espólio e aos herdeiros, a quem a norma visa proteger -, não há que se falar em anulação dos atos processuais subsequentes ao falecimento. Como resta evidente, *in casu*, a anulação do feito é que viria a trazer sérios prejuízos à parte.



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Ação Rescisória nº 0014171-31.2011.8.17.0000 (0062945-0/03), em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Corte Especial deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em julgar improcedente a presente ação.

Recife, de de 201 .


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



CORTE ESPECIAL

PROCESSO Nº 0014171-31.2011.8.17.0000 (0062945-0/03)

AÇÃO RESCISÓRIA

AUTOR: ESTADO DE PERNAMBUCO

RÉU: ESPÓLIO DE MARIA LUIZA DANTAS ALCOFORADO

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de Ação Rescisória interposta pelo **ESTADO DE PERNAMBUCO** em face de acórdãos prolatados pelo 1º Grupo de Câmaras Cíveis desta Corte de Justiça nos autos dos Embargos à Execução nº 0002608-89.2001.8.17.0000 (62945-0/01) e dos Embargos de Declaração nº 0002807-77.2002.8.17.0000 (62945-0/02), que beneficiaram o Espólio de Maria Luiza Dantas Alcoforado, representado pela única herdeira, Ana Maria Dantas Alcoforado.

Diz o embargante que a Srª Maria Luiza Dantas Alcoforado impetrou mandado de segurança, perante este Tribunal de Justiça, em 14 de julho de 1984, apontando como autoridade coatora o Exmº Secretário de Administração do Estado de Pernambuco. Objetivava a impetrante a majoração dos proventos de inatividade devidos ao seu falecido esposo, José de Melo Alcoforado, com vistas ao aumento no valor da pensão por ela recebida, assim como o pagamento das diferenças devidas desde 02 de julho de 1980.

A segurança foi concedida, a fim de que fosse paga à impetrante a diferença de proventos (na base de 110% ao mês), a contar de 02 de julho de 1980, conforme pleiteado na inicial, tendo transitado em julgado em 03 de novembro de 1992.



Após o julgado, a impetrante requereu a execução do julgado e a remessa dos autos ao contador.

Afirma que, citado no dia 25 de maio de 2001, opôs embargos à execução, suscitando prescrição da pretensão executória, inexigibilidade do título, ilegitimidade da parte e excesso de execução, mas os doutos julgadores do 1º Grupo de Câmaras Cíveis resolveram simplesmente desprezar os cálculos do exeqüente e homologar os cálculos do contador do Tribunal de Justiça. Aduz, entretanto, que as demais matérias levantadas nos embargos – referentes à inexigibilidade do título, à ilegitimidade da parte e ao excesso de execução – não foram apreciadas naquele Órgão Julgador, restando clara a omissão no julgado.

Por tal motivo, o ora requerente opôs embargos de declaração, os quais foram, igualmente, rejeitados, sob o entendimento de que tinham finalidade meramente de prequestionamento e com propósito substitutivo e modificador da decisão embargada, o que, de acordo com o suplicante, fez permanecer as mesmas omissões do aresto originariamente impugnado.

Aduz que, em seguida, interpôs recurso especial, o qual não foi admitido pelo Exmº Vice-Presidente desta Corte de Justiça, levando ao oferecimento de agravo de instrumento para o STJ, provido e convertido em recurso especial, que foi igualmente provido para, anulando-se o acórdão local, determinar ao tribunal de origem que examinasse os fundamentos dos embargos de declaração regularmente interpostos.

Assim, em cumprimento à decisão do STJ, o 1º Grupo de Câmaras Cíveis do TJPE proferiu novo julgamento dos embargos declaratórios, o qual, segundo ele, manteve as omissões verificadas no julgado, ainda que tenha sido dado provimento parcial aos aclaratórios *"... tão-somente para excluir do cálculo do débito o período anterior à impetração..."*.

Novamente interposto recurso especial no STJ, foi-lhe negado seguimento por questões processuais: suposta ausência de prequestionamento e impossibilidade de reexame do fato.

Diz, no entanto, que o acórdão rescindendo manifestamente violou o artigo 485, incisos III, V e IX c/c os artigos 128, 269, inciso IV, 460, 467, 475-B, 475-G, 598, 608 (então vigente), 610 (então vigente), 741, inciso V, c/c o artigo 743, incisos I e II, e 471, todos do CPC; artigos 1º, 3º e 7º do Decreto-Lei Federal nº 20.910/32; e artigos 1º e 2º da Lei nº 8.898/94, pelo que se reclama pela procedência da presente ação rescisória, nos termos do artigo 485, incisos V e IX, do CPC.

Ainda segundo ele, no que se refere aos embargos de execução, o acórdão rescindendo ignorou a planilha de cálculos apresentada pela impetrante/exeqüente, terminando por homologar *"a planilha dos cálculos elaborada pela Contadoria do Tribunal de Justiça..."*, violando, assim, os artigos 1º e 2º da Lei Federal nº 8.898/94, que deu nova redação ao artigo 604 do CPC e determinou sua vigência a partir do dia 30.08.1994, na medida em que a elaboração dos cálculos, no dia 22.05.1997, pelo contador do TJPE, atualizados posteriormente, já não mais competia ao contador judicial, nos termos dos referidos dispositivos.

Aduz o autor que, *"surpreendentemente, o acórdão rescindendo homologou os cálculos confeccionados pelo contador do Tribunal de Justiça, apesar de reconhecer que os cálculos judiciais já*

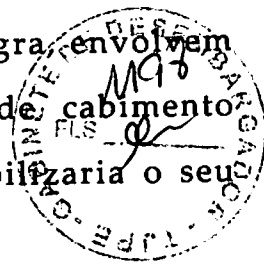
tinham sido anulados por decisão do Exmº Desembargador Presidente desse Eg. TJPE", incorrendo, assim, em violação do artigo 471 do CPC, que estabelece a preclusão *pro judicato*. "E mais grave: os julgadores decidiram fora dos limites da execução e dos embargos à execução, desprezando a planilha de cálculos, constantes às fls. 726 usque 733, apresentada pela impetrante/exeqüente, em 05/04/2001, através de petição de execução de fls. 722, aos quais deviam se restringir, para homologar '*A planilha dos cálculos elaborada pela Contadoria do Tribunal de Justiça...*' (fls. 56), constante às fls. 567/568 (!), já desconsiderados por decisão judicial anterior proferida pelo Exmº Desembargador Presidente desse Eg. TJPE, contra a qual não houve nenhum recurso da credora/exeqüente". Logo, considerando que os julgadores não apreciaram os cálculos apresentados pela exeqüente, o acórdão restaria nulo de pleno direito, por contrariar os artigos 128 e 460 do CPC.

Argumenta, por fim, que o aresto atacado, julgado inicialmente em 29 de abril de 2002, merece ser rescindido também por ter decorrido de dolo da parte vencedora, uma vez que a impetrante/exeqüente Maria Luiza Dantas Alcoforado já havia falecido desde o dia 28 de julho de 2001, mas a sua procuradora jamais promoveu a comunicação ao juízo para a devida suspensão e regularização do pólo ativo do processo, nulificando o feito a partir de então por manifesta violação dos artigos 265, inciso I e §1º, e artigo 266, ambos do CPC. Assim, reclama pela procedência da rescisória, neste caso, com fundamento no artigo 485, incisos III e V, do CPC.

Às fls. 1108/1122, exarei decisão terminativa, por considerar inadmissível a presente ação rescisória.

O demandante interpôs agravo regimental contra tal decisão, o qual, por maioria de votos, foi acolhido por esta colenda Corte Especial, ao entendimento de que "sendo a ação rescisória uma ação

autônoma de impugnação, e não recurso, a esta não se aplicaria o disposto no art. 557 do CPC, sobretudo porque estas ações, via de regra, envolvem questões juridicamente relevantes acerca das hipóteses de cabimento elencadas no art. 485 do Diploma processual, o que inviabilizaria o seu julgamento monocrático".



Instada a se manifestar, a demandada/exeqüente, às fls. 1143/1156, pediu a extinção do feito sem julgamento do mérito, dada a tentativa do autor de rediscutir matéria já apreciada neste Tribunal de Justiça. Vencida a preliminar, requer que seja julgada improcedente a ação proposta, condenando-se o requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, tudo nos termos do artigo 20, §4º, do CPC.

Às fls. 1161/1162, como forma de precaução, deferi o pedido de liminar formulado pelo demandante, para o fim de suspender o cumprimento dos acórdãos rescindendo até o julgamento final da ação.

Em parecer às fls. 1172/1174, a Procuradoria Geral de Justiça opinou pela improcedência do pedido, de modo a que seja mantida em todos os seus termos a decisão impugnada.

É O RELATÓRIO.

À DOUTA REVISÃO.

Recife, 20 de março de 2013

Des.  Gustavo Augusto Lima

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

CORTE ESPECIAL

PROCESSO Nº 0014171-31.2011.8.17.0000 (0062945-0/03)

AÇÃO RESCISÓRIA

AUTOR: ESTADO DE PERNAMBUCO

RÉU: ESPÓLIO DE MARIA LUIZA DANTAS ALCOFORADO

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

O ESTADO DE PERNAMBUCO interpõe ação rescisória em face de acórdãos prolatados pelo 1º Grupo de Câmaras Cíveis desta Corte de Justiça nos autos dos Embargos à Execução nº 0002608-89.2001.8.17.0000 (62945-0/01) e dos Embargos de Declaração nº 0002807-77.2002.8.17.0000 (62945-0/02), os quais, beneficiando o Espólio de Maria Luiza Dantas Alcoforado, mantiveram a decisão tomada nos autos do Mandado de segurança nº 975/84, que determinou o pagamento à impetrante da diferença de proventos de inatividade devidos ao falecido esposo daquela, José de Melo Alcoforado, na base de 110% ao mês, a contar de 02/07/1980.

Pede o demandante que a ação seja julgada procedente para que, rescindidos os acórdãos impugnados, seja efetuado um novo julgamento da causa, anulando-se todos os atos processuais praticados a partir da data do falecimento da impetrante da ação mandamental, com o

rjmaf

li

reexame do caso e prolação de nova decisão no sentido de declarar consumada a prescrição extintiva da pretensão de execução, ou então para que seja declarada nula a homologação dos cálculos judiciais promovida na decisão rescindenda, com o reconhecimento de serem excessivos os valores apresentados pela exeqüente.

De minha parte, no entanto, já há clara manifestação sobre o caso na decisão terminativa às fls. 1108/1122 - posteriormente cassada por esta Corte Especial - e também no voto proferido quando do julgamento do agravo regimental interposto pelo demandante.

Mantenho em todas as linhas o meu entendimento.

Conforme ressaltei na mencionada decisão terminativa, que passo a reproduzir:

"Sabe-se (...) que a ação rescisória não se presta para rediscutir matéria de mérito transitada em julgado, como ocorre no presente caso, especificamente em relação às questões alusivas à prescrição da pretensão de execução, à impossibilidade de liquidação de cálculo através de contador judicial e ao excesso de execução, os quais foram devidamente examinados e afastados no processo originário.

De fato, no tocante à alegação de prescrição, entendeu esta Corte de Justiça, por ocasião do julgamento dos embargos à execução nº 62.945-0/01 e dos embargos declaratórios 62.945-0/02, interpostos pelo ora demandante, que a execução foi proposta no prazo legal, em 11 de julho de 1994, de modo que seria incabível a alegação de prescrição.

Quando do julgamento dos embargos à execução, observou o eminente Desembargador Relator, no voto condutor do julgamento, que:

'... é absolutamente inverídica a arguição do Estado embargante, haja vista que a embargada, tempestivamente, propôs a execução em data de 11 de julho de 1994 (...), isto é, em plena vigência da



redação primitiva do art. 604 do CPC, em época anterior à Lei 8898/94, a qual somente vigorou a partir de 30 de agosto, estabelecendo, a partir daí, a exigência do credor apontar o valor principal da dívida executada, os acréscimos e a fórmula empregada no cálculo.

Como ressalta a Douta Procuradora de Justiça, (...) o Estado embargante induziu em erro o Des. Presidente do Tribunal, fazendo-o crer tratar-se de caso em que haveria aplicada a inovação introduzida pela Lei 8898/94, na redação do art. 604 do CPC, com o que obteve, indevidamente, a interrupção da execução, o que acarretou o processo arrastar-se durante todos esses anos, para vir agora, maliciosamente, argüir a prescrição intercorrente, num verdadeiro atentado à dignidade da justiça.

Assim, demonstrada a tempestividade da execução, que foi proposta dentro do prazo legal, não há como prosperar a preliminar prescritiva argüida pelo embargante.

A rejeição dessa preliminar, que é contrária à mais elementar evidência do conteúdo dos autos, não é apenas uma adequada solução jurídica, senão também uma imposição ditada pela moralidade judicial.

Acolho, portanto, nesse ponto, o parecer do Ministério Público para rejeitá-la, advertindo a parte embargante, com fundamento no art. 599, inciso II, do CPC, de que o seu procedimento constitui ato atentatório à dignidade da justiça'.

Novamente no julgamento dos embargos de declaração oferecidos em face da decisão acima, o 1º Grupo de Câmaras Cíveis tratou da matéria, mantendo o entendimento de inoccorrência de prescrição. Corroborando as afirmações acima reproduzidas, o ilustre Relator dos aclaratórios afirmou no voto acolhido pelos demais julgadores que:

'... a intenção de procrastinar o feito por parte do Estado Embargante fica evidente, eis que a realidade do processo difere das alegações contidas nos Embargos opostos, como se verá.

Registrado o trânsito em julgado da decisão, ocorrida em 03.11.92, nos exatos termos da certidão de fls. 117, a Embargada promoveu a execução do julgado em 11.07.1994, conforme consta às fls. 122, decorridos, apenas, 1 (um) ano e 8 (oito) meses do trânsito em julgado.

Portanto, na esteira do citado diploma legal (art. 3º, do Decreto-Lei nº 4.597/42), não há se falar em ocorrência de 'prescrição intercorrente' a ensejar a extinção do processo como pretende o Estado Embargante, motivo pelo qual voto pela rejeição da citada preliminar'.

Do mesmo modo, em relação ao argumento de que este egrégio Tribunal de Justiça não poderia ter acolhido os cálculos feitos pelo contador judicial, consta do voto do Desembargador Relator dos Embargos à Execução nº 62945-0/01 que:

'Os cálculos efetuados pela contadoria judicial (...) decorreram de determinação do Presidente do Tribunal, (...), deferindo pedido formulado pela parte embargada em 11 de julho de 1994 (...), quando achava-se em vigor o texto primitivo do art. 604 do CPC, o qual estabelecia que a liquidação que dependesse apenas de cálculo aritmético seria feita pelo contador do juízo.

Ultimados, foram esses cálculos impugnados pelo embargante, (...), fato que motivou a decisão de fls. 563/565, determinando a volta dos autos à contadoria do tribunal para serem refeitos de acordo com o índice do IPC, até a promulgação da Lei Federal 8177/91 e o INPC, após essa data.

Refeitos, às fls. 567/568, voltou o Estado embargante a impugná-los (...), pretextando, equivocadamente, a nova redação do art. 604 do CPC, introduzida pela Lei 8898/94, segundo a qual 'quando a

determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor procederá a sua execução na forma do art. 652 e seguintes, instruído o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo', pedindo, finalmente, o chamamento do feito à ordem, com a suspensão do processo e a não homologação dos cálculos efetuados pelo contador.

Com esse procedimento maroto, de cunho procrastinatório, o embargante obteve o resultado prático desejado, que veio através do despacho de f. 613, do Presidente do Tribunal de Justiça, acolhendo, inadvertidamente, o pedido e determinado a remessa dos autos à Diretoria Cível para aguardar a iniciativa da credora.

Acrescente-se que o acórdão, cuja execução promove a embargada, foi publicado em novembro de 1985, há quase 17 anos (...) e o Estado embargante, durante esse longo período, vem se utilizando de todos os artifícios possíveis com o objetivo de protrair a execução do julgado, com inegáveis prejuízos à parte credora, que é uma senhora de idade propecta.

A planilha dos cálculos elaborada pela Contadoria do tribunal de Justiça, atende às exigências do art. 604 do CPC, de conformidade com a sua redação em vigor na data em que foi proposta a execução, em 11 de julho de 1994, não subsistindo razão jurídica para aplicar-se à espécie a nova redação desse dispositivo, que foi introduzida pela Lei 8898, que vigorou a partir de 30 de agosto de 1994, como pretende o Estado embargante.

Dessa forma, não havendo nos cálculos questionados vícios formais ou materiais que o invalidem, voto no sentido de homologá-los, com a total rejeição dos embargos à execução, já que neles não vislumbro quaisquer das hipóteses enumeradas no art. 741 do CPC".

No mesmo sentido, vê-se que a matéria referente ao excesso de execução foi minuciosamente apreciada por ocasião do julgamento dos embargos



declaratórios nº 62.945-0/02, no qual foram abordados os pontos suscitados pelo ora embargante, relativos à impossibilidade de inclusão de período pretérito ao ajuizamento do writ, à inadmissibilidade de inclusão de pensão previdenciária, à ocorrência de cálculo em excesso dos proventos devidos e não incidência de juros de mora.

Entendeu o eminente Desembargador Relator dos mencionados embargos que o período anterior à impetração deveria ser excluído do cálculo do débito, em obediência ao ordenamento jurídico. Nesta parte, portanto, não há motivo para o embargante demonstrar inconformismo, já que a decisão acolheu os seus argumentos.

Com relação à impossibilidade de inclusão de pensão previdenciária, disse o douto Relator que:

'... o Estado Embargante tenta fazer confusão e levar a erro o desenlace da questão, pois a segurança foi concedida para garantir o recebimento dos proventos e, com a morte do servidor, da pensão previdenciária, no mesmo valor que o 'de cujus' receberia se vivo estivesse, oportunidade em que foi reconhecida, por meio de embargos de declaração, a postulada na inicial do 'writ', inconstitucionalidade do art. 6º, da Lei nº 8.236/80, que concedia aumento em percentual menor aos inativos, do que o que fora concedido aos ativos, em afronta ao estabelecido na Carta Magna, não havendo nenhuma indiscrepância na segurança concedida, sendo certo que restando incompleta a pensão recebida, a impetrante ora Embargada faz jus sim ao recebimento da diferença, via execução fundada no julgamento do mandado de segurança, a partir da impetração.

Ademais, com a exclusão do período anterior à impetração, perseguida, analisada e conquistada quando da apreciação do item anterior sob o título de: 'impossibilidade de inclusão de período pretérito', o cálculo das diferenças será realizado a partir de junho de



1984, data da impetração, portanto, quando o servidor já havia falecido e a impetrante ora Embargante já recebia a pensão, o que torna a presente discussão inócua'.

Afirmou o aludido julgador, na parte em que analisou a alegação de cálculo em excesso dos proventos devidos, que tal questão encontrava-se prejudicada 'pelo acolhimento das razões expostas quando da apreciação dos dois itens anteriores. É que, com a exclusão das diferenças ocorridas antes da impetração, ou seja, anteriores a junho de 1984, a discussão encontra como limite essa data, a partir da qual as diferenças já dizem respeito à pensão previdenciária que se baseia nas informações contidas nos ofícios de n.ºs 048/95 (...) e 030/2000 (...), da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e demais constantes dos autos'.

Por fim, foi afastada a questão de não incidência dos juros moratórios, ressaltando o ilustre Relator que:

'... havendo condenação originada no reconhecimento do direito postulado, há incidência implícita dos juros moratórios, não havendo necessidade de pedido nesse sentido, tampouco de determinação expressa na decisão como defende o Estado Embargante.

A propósito, a questão é equacionada pelo conteúdo da Súmula 254 do STF (Juros de mora não pedidos), que assim dispõe:

'Súmula 254, do STF: Incluem-se os juros moratórios na liquidação, embora omissa o pedido inicial ou a condenação'

Essa mesma Súmula vem sendo aplicada pelo STJ:

(1)

'Os juros de mora incluem-se na liquidação ainda que a sentença exequente tenha restado omissa quando ao particular' (STJ - 4ª Turma, Resp 253.671-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 5.9.00, deram provimento parcial, v.u., DJU 9.10.00, p. 254)'.
(2)

AgRg no Ag 655595/RJ; AGRADO REGIMENTAL NO
AGRADO DE INSTRUMENTO 2005/0015700-0

Relator: Ministro LUIZ FUX

Órgão Julgador: T1 - PRIMEIRA TURMA

Data do Julgamento: 25/10/2005

Data da Publicação/Fonte: DJ 14.11.2005 p. 194

Ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO REGIMENTAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC EM SEDE DE RECURSO VOLUNTÁRIO DA FAZENDA. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE REFORMATIO IN PEJUS. 1. À luz da máxima iura novit cúria o Tribunal a quo, ao fixar os juros legais pode fazer incluir os acréscimos conforme a taxa SELIC, porquanto decorrência da Lei 9.250/95, tese, aliás, consagrada pela Eg. 1ª Seção do STJ. 2. É cediço na Corte que 'A incidência da correção monetária sobre o valor objeto da condenação se dá, como os juros de mora, ex vi legis (Lei 6.899/81), sendo, por essa razão, independente de pedido expresse e de determinação pela sentença, na qual se considera implicitamente incluída. A explicitação dos índices a serem utilizados em seu cômputo pelo acórdão recorrido, portanto, mesmo em sede de reexame necessário, não caracteriza reformatio in pejus, devendo a Fazenda, se for o caso, impugnar os critérios de atualização e de juros estabelecidos'. RESP 722.475-AM, Rel. Min. Teori Zavascki, DJ de 01.07.2005. 3. Inocorre reformatio in pejus quando o Tribunal adequa os juros legais, implicitamente reconhecidos nos pedidos em geral (art. 293 do CPC), fazendo incluir os juros legalmente previstos. 4. A determinação de incidência da Taxa SELIC sobre os valores a serem objeto da compensação pleiteada não implica em julgamento extra petita, porquanto integra o conteúdo implícito do pedido. 5. Agrado regimental desprovido.'

A partir do acima exposto, vê-se que as matérias ventiladas através da ação rescisória já foram detalhadamente examinadas nesta Corte de Justiça por ocasião dos julgamentos dos embargos à execução e dos embargos declaratórios referidos pelo demandante, pelo que, conforme entendimento jurisprudencial consolidado, resta inadmissível, nesta parte, a presente ação, visto que a parte pretende, tão somente, a rediscussão da causa. Neste sentido:

STJ: PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. NÃO-OCORRÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. 1. O aresto que se pretende rescindir limitou-se a confirmar a inexistência do necessário nexos causal entre o acidente sofrido e a redução da capacidade laboral do autor. 2. O fundamento para o ajuizamento da ação rescisória, mormente aquele previsto no inciso V do art. 485 do CPC – violação de literal disposição de lei –, é de tipificação estrita, em respeito à estabilidade das relações jurídicas acobertadas pela coisa julgada, visando a paz social e apenas em hipóteses excepcionais afasta-se tal regra. 3. A ação rescisória não se presta para simples rediscussão da causa. Não tem por finalidade, diante de inconformismo da parte, rever o alegado equívoco. 4. Ação rescisória julgada improcedente. (Ação rescisória 741/PE. Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima. Terceira Seção. Julgamento em 14/12/2009)

STJ: AÇÃO RESCISÓRIA. NÃO-CARACTERIZAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DE LEI. VIA EXCEPCIONAL INADEQUADA PARA REDISCUSSÃO DA CAUSA. 1. Na hipótese em exame, as condições de admissibilidade da ação rescisória não foram atendidas, porquanto os autores não expuseram os argumentos pelos quais entendem ter sido ofendido o § 7º do art. 41 da Lei nº 8.213/91, no julgamento do recurso especial, a configurar grave vício de fundamentação, que inviabiliza o conhecimento da ação rescisória. 2. Resta inviável a pretensão dos autores, porque a ação rescisória não é via adequada para a parte

intentar rediscussão da causa, sem que estejam preenchidos os requisitos taxativos da lei para o cabimento desta via excepcional de demanda. 3. Ação rescisória improcedente. (Ação Rescisória 508/SP. Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Terceira Seção. Julgamento em 14/12/2009)

TJPE: CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. ARTIGO 485, V E IX. VIOLAÇÃO AOS INCISOS REFERIDOS NÃO COMPROVAÇÃO. INCONFORMISMO COM A DECISÃO. AÇÃO RESCISÓRIA NÃO É SUCEDÂNEO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DECISÃO PROFERIDA NO 2º GRAU EM SEDE APELATIVA MANTIDA. AÇÃO RESCISÓRIA IMPROCEDENTE. - Não é possível que o autor aponte como violados dispositivos da legislação federal e processual civil, quando já exauridos em julgamento antecedente. - Aduziu ainda, erro de fato, mas não demonstrou sua ocorrência. - Na verdade, o autor demonstra inconformismo com a sentença, tentando utilizar-se da via da rescisória como sucedâneo para rediscussão da matéria, o que é vedado. - Assim, é de se concluir pela improcedência do provimento rescisório, mantendo-se na íntegra a sentença proferida na 2ª Instância. (Ação rescisória nº 0002318-30.2008.8.17.0000 (166220-6). Relator Des. João Bosco Gouveia de Melo. 1º Grupo de Câmaras Cíveis. Julgamento em 26/08/2009)

Tal conclusão, inclusive, coincide com aquela tomada pelo STJ, quando do julgamento do agravo regimental em recurso especial interposto pelo ora demandante, reconhecendo que este Tribunal já havia examinado os temas suscitados, como resta evidente a partir da ementa do julgado:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO. QUESTÃO DECIDIDA. NECESSIDADE DE REEXAME DO QUADRO FÁTICO-PROBATÓRIO. ENUNCIADO Nº 7 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. (...) 2. Decidindo o Tribunal a quo o excesso dos proventos devidos e a



impossibilidade de inclusão de pensão previdenciária, não há falar em violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, à ausência de omissão qualquer a ser suprida. 3. Reconhecidas no acórdão impugnado a inocorrência de prescrição intercorrente, a competência para elaboração de cálculos pelo contador do Tribunal e a legitimidade ad causam, as alegações em sentido contrário, a motivar insurgência especial, requisitam exame do acervo fático-probatório, vedado na instância excepcional. 4. 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.' (Súmula do STJ, Enunciado nº 7). 5. 'Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.' (Súmula do STJ, Enunciado nº 83). 6. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental no Recurso Especial 883.722/PE. Relator Ministro Hamilton Carvalhido. Sexta Turma. Julgamento em 15 de abril de 2008)

De outra parte, no que se refere ao pedido de anulação do feito por não ter sido comunicado o falecimento da impetrante/exequente, a Sr^a Maria Luiza Dantas Alcoforado, também resta manifestamente incabível (digo melhor, manifestamente improcedente) a ação rescisória.

Na verdade, conforme entendimento jurisprudencial adotado no STJ, a inobservância do disposto no artigo 265, inciso I, do CPC, enseja apenas nulidade relativa, de modo que, não havendo prejuízo aos interessados, especificamente ao espólio e aos herdeiros do falecido, a quem a norma visa proteger, não há que se falar em anulação dos atos processuais subseqüentes. Como resta evidente, a anulação do feito é que viria a trazer sérios prejuízos à parte. Neste sentido:

STJ: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SUSPENSÃO DO PROCESSO REQUERIDO EM RAZÃO DA MORTE DA PARTE CONTRÁRIA. REFORÇO DA PENHORA. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTO

DA DECISÃO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO RECURSAL. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. APLICAÇÃO DE MULTA. (...) 4. A inobservância do artigo 265, I, do CPC, que determina a suspensão do processo a partir da morte da parte, enseja apenas nulidade relativa, sendo válidos os atos praticados, desde que não haja prejuízo aos interessados. A norma visa preservar o interesse particular do espólio e dos herdeiros do falecido e, não tendo sido causado nenhum dano a eles, não há por que invalidar os atos processuais praticados. 5. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa. (Agravo Regimental no Recurso Especial 1249150/SP. Relator Ministro Luis Felipe Salomão. Quarta Turma. Julgamento em 06/09/2011)

STJ: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SUSPENSÃO DO PROCESSO. ARTIGO 265, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. 1. Decididas as questões suscitadas, não há falar em violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, à ausência de omissão, contradição ou obscuridade a ser suprida ou dirimida, eis que os embargos de declaração não se destinam ao prequestionamento explícito ou à revisão do julgado sob outros fundamentos. Precedentes. 2. "A inobservância do artigo 265, I, do CPC, que determina a suspensão do processo a partir da morte da representante legal do espólio, enseja apenas nulidade relativa, sendo válidos os atos praticados, desde que não haja prejuízo aos interessados. A norma visa preservar o interesse particular do espólio e dos herdeiros do falecido e, não tendo sido causado nenhum dano a eles, não há por que invalidar os atos processuais praticados." (AgRgAgRgREsp nº 839.439/MS, Relator Ministro João Otávio de Noronha, in Dje 19/8/2010). 3. O reconhecimento da pretensa nulidade, in casu, causaria prejuízo à parte, da qual o artigo 265, inciso

I, do Código de Processo Civil visa à proteção. 4. "Quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato, ou suprir-lhe a falta." (artigo 249, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil). 5. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental no Recurso Especial 1190810/CE. Relator Ministro Hamilton Carvalhido. Primeira Turma. Julgamento em 21/09/2010)

Por todo o exposto, o meu voto é pela improcedência da presente ação rescisória, com a condenação do demandante ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes no índice de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

É COMO VOTO.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Ação Rescisória n: 0014171-31.2011.8.17.0000 (062.945-0/03)
Autor: Estado de Pernambuco
Procurador: Henrique Luiz de Lucena Moura
Réu: Espólio da Maria Luiza Dantas Alcoforado
Advogado: José Maria Alves da Silva
Órgão Julgador: Corte Especial
Relator: Des. Gustavo Lima
Revisor: Des. Fausto Campos

QUESTÃO DE ORDEM:

Antes de adentrar ao exame do pleito rescisório, cumpre destacar, para a devida correção, que as notas taquigráficas acostadas às fls. 73/124, dos autos do agravo regimental apenso, são estranhas aquele feito e dizem respeito a embargos de execução inteiramente alheios à lide em comento, julgada em data diversa do julgamento do regimental e versa sobre matérias sequer veiculadas ao mandado de segurança, nem nos seus vários incidentes processuais e recursos apensados aos autos principais.

Portanto, cuidando-se de mero erro material que não afeta o julgado proferido, nem o acoima de quaisquer vícios, **proponho que seja determinado à Diretoria Cível que desentranhe as notas taquigráficas de fls. 73/124 e providencie a juntada aos autos das notas taquigráficas corretas, com a correção, também, do inteiro teor do acórdão disponibilizado no sítio deste Sodalício na rede mundial de computadores.**

VOTO DE REVISÃO:

Em análise detida do encadernado processual verifico que, em verdade, pela via rescisória, pretende o Estado de Pernambuco rediscutir matérias já amplamente discutidas e decididas por este Sodalício, conforme reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça quando negou provimento ao agravo regimental interposto pelo Requerente em face da decisão que negou seguimento ao recurso especial, cuja decisão ficou assim ementada:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO. QUESTÃO DECIDIDA. NECESSIDADE DE REEXAME DO QUADRO FÁTICO-PROBATÓRIO. ENUNCIADO Nº 7 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no entendimento de que a parte deve vincular a interposição do recurso especial à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

embargos declaratórios, o tribunal a quo persiste em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum* ou, ainda, quando persista desconhecendo obscuridade ou contradição argüidas como existentes no decisor. 2. Decidindo o Tribunal a quo o excesso dos proventos devidos e a impossibilidade de inclusão de pensão previdenciária, não há falar em violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, à ausência de omissão qualquer a ser suprida. 3. Reconhecidas no acórdão impugnado a inocorrência de prescrição intercorrente, a competência para elaboração de cálculos pelo contador do Tribunal e a legitimidade *ad causam*, as alegações em sentido contrário, a motivar insurgência especial, requisitam exame do acervo fático-probatório, vedado na instância excepcional. 4. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." (Súmula do STJ, Enunciado nº 7). 5. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." (Súmula do STJ, Enunciado nº 83). 6. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 883722/PE, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJe 09/06/2008).

Segundo o Autor o acórdão rescindendo deve ser reformado, pelos motivos que agora passo a enfrentar um a um.

DA PRESCRIÇÃO:

Ao enfrentar o julgamento dos Embargos à Execução e dos Aclaratórios que complementam o acórdão, esta Corte de Justiça entendeu que a execução foi proposta dentro do prazo legal afastando referida alegação, ponto cujo entendimento foi ratificado pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do AgRg no REsp n. 883.722/PE interposto pelo ora Autor em repetição ao aqui alegado.

DA PLANILHA DE CÁLCULOS:

A apresentação da planilha de cálculos pela Contadoria Judicial, e não pela parte vencedora, também já foi objeto de cognição por esta Corte que concluiu pela conformidade daquela peça com a regra do art. 604 do CPC, com a redação então vigente, inexistindo a eiva apontada.

DA IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DA PENSÃO PREVIDENCIÁRIA:

O tema também já discutido e decidido, restando assentado que, com a exclusão do período pretérito à impetração, o cômputo das



1217
~

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

diferenças teria como marco inicial o mês de junho de 1984, data em que o servidor já havia falecido e a impetrante, ora Ré, já auferia pensão deixada pelo *de cujus*, mas com o valor incorreto, pelo que fazia jus à percepção das diferenças devidas em razão da segurança concedida, resultando inócua a discussão respeitante à inclusão da pensão previdenciária.

DO EXCESSO NA EXECUÇÃO:

Igualmente foi decidida a exclusão das diferenças anteriores à impetração, descabendo reabrir o debate, em respeito à coisa julgada.

Vê-se que as matérias, até o momento enfrentadas, já foram amplamente debatidas e que o Autor, inconformado com o decidido pelo Judiciário, tenta eternizar a discussão, com manobras procrastinatórias.

DA COMUNICAÇÃO DO FALECIMENTO DA IMPETRANTE DO WRIT:

Eis o único ponto que pode ser objeto de apreciação na via eleita, a alegação de que a parte Ré não promoveu a comunicação do falecimento da Impetrante do *mandamus* ao juízo, o que, ao sentir do Autor nulifica o processo a partir de então, por encerrar afronta aos arts. 265, I, § 1º e 266, do CPC, incidindo nas hipóteses do art. 485, III e V, do mesmo diploma.

É consabido que a falta de comunicação enseja nulidade relativa, pois a norma em comento visa proteger os interesses de eventuais herdeiros do falecido litigante, facultando-lhes a oportunidade de se habilitar nos autos e substituir o *de cujus* na relação processual.

Caso a inobservância ao art. 265, I, do CPC, não acarrete qualquer lesão aos interessados, não há falar-se em nulidade. Neste sentido STJ: EDcl no AgRg no AREsp 273.247/SP; AgRg nos EDcl no Ag 1081780/PB; AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 1318101/PR.

Com essas considerações, **acompanho o em. Relator.**

É como voto.

Recife, 23 de Setembro de 2013

Des. Fausto Campos
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

CORTE ESPECIAL

23.09.2013

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 62945-0/03

AUTOR: GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RÉU: ESPÓLIO DE MARIA LUIZA DANTAS ALCOFORADO

RELATOR: DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

REVISOR: DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

RELATÓRIO CONSTA NAS FLS. 1194/1198 DOS AUTOS.

DR. FERNANDO ANTÔNIO CARVALHO PESSOA (PROCURADOR DE JUSTIÇA)

Senhor Presidentes.

Senhores Desembargadores.

Acho de suma compreensão e até para favorecimento da celeridade a dispensa dos relatórios.

Mas não tem sido uma praxe nesta Corte os relatórios serem enviados adremente ao Ministério Público, que da leitura do relatório poderá ensejar, é bem verdade que as sustentações orais raramente alteram o pensar de Vossa Excelência, mas, às vezes, pode aclarar algum fato. Não peço que Vossa Excelência leia, pediria só que pra frente, quando fossem distribuídos os relatórios, que fosse lembrada a Procuradoria Geral de Justiça, para que nós tenhamos condições de nos pronunciarmos com mais proficiência de uma sustentação oral ou não no seio dessa Corte.

Dr. HENRIQUE LUIZ DE LUCENA (OAB - 467-B/PE, pelo Estado de Pernambuco)

Senhor Presidente.

Senhores Desembargadores.

Senhor Procurador de Justiça.

Trata-se de ação rescisória objetivando rescindir acórdão proferido em embargos à execução, sendo decorrente, a execução, de feito originário desse Egrégio Tribunal em mandado de segurança, que concedeu a demandada e isso é importante registrar como destaque, o direito de receber diferença de proventos de aposentadoria, que faria jus, não a impetrante, mas o seu falecido marido.

O acórdão de mérito transitou em julgado em 03.11.1992. Em 11.07.1994, a impetrante requereu que os autos fossem remetidos a contadoria do Tribunal para efeito de confecção dos cálculos de execução.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Notar que tal pedido foi feito já na vigência da Lei Federal 8898 de 29.07.94, que aboliu do Direito Brasileiro a liquidação por cálculo do contador judicial. Os autos permaneceram na contadoria do Tribunal por quase três anos, sendo remetido ao Egrégio Des. Presidente. Ato contínuo, o eminente Des. Etério Galvão no exercício da Presidência e por provocação da Procuradoria Geral do Estado, despachou e peço licença para ler o despacho de Sua Excelência em face da importância que tomou no julgamento dos Embargos à Execução:

"O Estado de Pernambuco requer a nulidade da liquidação por cálculo do contador judicial, uma vez que tal forma de liquidação foi suprimida pela Lei nº 8.898/94. Cotejando o que dos autos consta, verifico que no presente feito não foi observada a alteração legislativa ocorrida, a qual, extinguindo a liquidação por cálculo, determinou que o pedido de execução deverá ser instruído com a memória discriminada e atualizada do cálculo (art. 604, com a redação da Lei nº 8.898/94). Por outro lado, o pedido de citação do Estado (fl.611) encontra-se desacompanhado do necessário memorial, além de não comprovar o pagamento das custas, razão pela qual determino a remessa dos autos à Diretoria Cível, onde deverá aguardar a iniciativa do credor. Intime-se. Publique-se. Recife, 24 de maio de 1999. Etério Galvão – Desembargador-Presidente do TJPE".

Pois bem. Quando do julgamento dos embargos à execução, esses cálculos que o Douto Presidente, Des. Etério Galvão, anulou foram convalidados pelo Grupo de Câmaras que desprezou a memória de cálculo apresentada instruindo o pedido de execução quatro anos depois. A impetrante apresentou pedido de execução em 05.04.2001 quando já decorridos oito anos, cinco meses e dois dias do trânsito em julgado.

Clara a violação literal de dispositivo de lei em face do art. 471.

Esse Egrégio Tribunal pela autoridade do Des. Presidente, anulou os cálculos que foram, ao final, homologados, cálculos esses feitos quatro anos antes do pedido de execução. E o pior e mais grave, é que nesses cálculos do contador que foram nulos, mas, não obstante, foram homologados, ocorreu excesso de execução grave, porque a lei dos proventos. Eu disse que o pedido da impetração foi diferença de proventos, incluiu pensão previdenciária, ocorrendo excesso a execução e, mais grave, ocorrendo ofensa a coisa julgada por esse Tribunal que se restringiu a diferença de proventos, conforme o pedido e conforme o acórdão.

Então, o primeiro ponto é esse – violação a coisa julgada. Segundo ponto - excesso por incluir pensão previdenciária.

O Estado de Pernambuco, demandado na execução, autor da ação rescisória, está sendo compelido a pagar pensão previdenciária de competência privativa da fundação de aposentadorias e pensões do Estado de Pernambuco a FUNAPE. Nítido, manifesto o excesso de execução e alteração da coisa julgada. Não se pode, a Defensoria do Estado, defender ambos os órgãos, a Administração Direta e a FUNAPE, dizer que tanto faz. Não, não é tanto faz, não, porque os



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

orçamentos são diferentes. Nesse sentido já decidiu até o Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 956300/PE, rel. Min. Mauro Marques, julgado em 09.03.10, disse sua excelência:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO INTERPOSTO PELO ESTADO DE PERNAMBUCO EM FAVOR DE ENTIDADE DOTADA DE PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA. ILEGITIMIDADE RECURSAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDORES ESTADUAIS INATIVOS. FUNAPE. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRECEDENTES. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. Falece ao Estado de Pernambuco legitimidade recursal para manejar agravo regimental em favor da entidade dotada de personalidade jurídica própria, no caso, a FUNAPE. A Jurisprudência desta Corte Superior já se assentou no sentido de reconhecer a ilegitimidade passiva dos institutos de previdência que possuem autonomia administrativa e financeira para figurar nas ações que versam sobre a repetição das contribuições previdenciárias referentes a descontos efetuados nos proventos dos servidores estaduais inativos, como no caso eles são".

E, mais grave ainda, é que esse pedido de diferença de pensão, aliás, nem tem pedido; mas, esse objeto da pensão previdenciária é parte. Tem uma ação ordinária na 5ª Vara da Fazenda Pública julgada procedente e atualmente em fase de execução, onde, sim, a demandada pugnou e conseguiu, FUNAPE, aí, sim, legitimamente a FUNAPE fosse condenada de pagar diferença de pensão.

Então, aqui não se trata de pensão previdenciária, aqui se trata de proventos de aposentadoria, não obstante o acórdão rescindendo rejeitou essa alegação feita em embargos à execução dizendo:

"Embora a majoração seja devida antes do falecimento do servidor, portanto, quando aquele percebia os proventos de aposentadoria, com o seu desaparecimento e posterior ingresso da ação mandamental, é consequência lógica que o cálculo da dívida incida sobre a pensão que vem recendo a sua consorte".

Não é consequência lógica, consequência lógica é o termino final do objeto do mandado de segurança. E, como disse, o pedido de execução foi feito oito anos após o trânsito em julgado que incide também a prescrição do fundo de direito. O acórdão rescindendo desconsiderou a alegação de prescrição dizendo que quando em 1992 a impetrante requereu a remessa dos autos ao contador, aí, suspendeu o prazo de prescrição, apesar de que, como vimos, em seguida houve a decisão do Presidente do Tribunal anulando aquele procedimento ilegal, sem ter havido recurso judicial algum, o que transitou em julgado face o decurso do prazo. Não aproveita a impetrante, portanto, para efeito de suspender o prazo de prescrição aquele pedido de remessa dos autos ao contador, porque conta-se a prescrição a partir de quando foi manejada a execução embargada, que foi no dia 05.04.2001. Esse é a inteligência do art.7º, do Decreto-lei nº 20.910 - citação inicial não interrompe a prescrição quando por qualquer motivo o processo tenha sido anulado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Por fim, lamenta-se, mas a impetrante foi a óbito, e a ilustre advogada nem seus herdeiros comunicou ao Tribunal por mais de 10 anos. Ou seja, esse processo ficou tramitando como se a impetrante viva fosse. E mais, a filha da impetrante apresentou ao Presidente do Tribunal pedido de preferência, de agilidade, do processo de sua mãe, dizendo que se tratava de pessoa idosa, quando já era defunta. Ou seja, contraria não só a lei, como o quarto mandamento da Lei de Deus.

Quanto a prescrição, trago tão somente precedente dessa Corte Especial nos embargos à execução 16814-1/01, rel. Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves, disse sua Excelência:

"EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. ACOLHIMENTO. PRESCREVE A EXECUÇÃO NO MESMO PRAZO DE PRESCRIÇÃO DA AÇÃO. SÚMULA Nº 150, DO STF. EXEGESE DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 20.910/32. DECRETO DE EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. DECISÃO UNÂNIME. (...)3. O ordenamento jurídico pátrio prevê o prazo prescricional de cinco (05) anos para o manejo da execução de pronunciamento mandamental contra a Fazenda Pública, prazo este contado a partir do trânsito em julgado do título judicial exequendo, tudo na conformidade do que está previsto no artigo 1º do Decreto nº 20.910/32. Aliás, com adequação ao tema, o Colendo Supremo Tribunal Federal navegou essas mesmas águas ao editar a Súmula nº 150, a teor da qual "prescreve a execução no mesmo prazo da prescrição da ação". É dizer, o prazo prescricional da ação executória contra a Fazenda Pública é de cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado do pronunciamento judicial que serve de base para a pretensão de executar"
Julgado em 17.01.2011. Decisão unânime dessa Corte Especial.

Então, Senhores Desembargadores, a ação rescisória está fundamentada a violação literal a dispositivo de lei e no erro de fato. Consideramos erro de fato o acórdão rescindendo ter considerado a data para efeito de prescrição do pedido de remessa dos autos ao contador, quando deveria ter considerado o pedido da execução e pugna, por fim, pela procedência da ação rescisória.

Muito obrigado.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA (RELATOR)

VOTO DO RELATOR CONSTA NAS FLS. 1203/1215 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (REVISOR)

VOTO CONSTA NAS FLS. 1216/1217 DOS AUTOS.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES GOMES (PRESIDENTE)

A Turma está de acordo em julgar improcedente o pedido rescisório.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Senhor Presidente.

A dúvida que me ocorre, porque procedi à leitura do memorial e esse memorial esclarece que teria havido a impetração de um mandado de segurança em busca de correção de uma pensão, de proventos, que a impetrante pretendia a correção desses proventos da inatividade, possivelmente apontando que o servidor falecido fazia jus a outro padrão de vencimentos. Na execução com a homologação de uma planilha com esses cálculos foi acrescido, a estes cálculos, valores decorrentes de uma pensão previdenciária. Assim, nessa linha de argumentação haveria uma ofensa a coisa julgada na medida em que o acórdão que transitou em julgado teria sido concessivo da pensão da concessão do mandado de segurança foi para correção dos proventos. Esse acréscimo da pensão previdenciária é que eu gostaria que o eminente relator, obviamente se puder, fazer um esclarecimento se são dois fatos e porque o mandado de segurança foi concedido para corrigir os proventos. Na confecção desses cálculos se acresceu essa pensão previdenciária que não teria sido objeto da impetração.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA (RELATOR)

Isso foi alegado pelo Estado embargante, mas esse fato não ocorreu, o Grupo de Câmaras Cíveis não acolheu essa matéria e é contra isso que ele insurge-se na Rescisória.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

O entendimento da Câmara foi nesse sentido – que não ocorreu. Ai eu indago, no entendimento de Vossa Excelência como relator, houve a inclusão, nesses cálculos, dessa pensão previdenciária que não foi objeto da impetração?

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA (RELATOR)

No meu entender não houve.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

No entender de Vossa Excelência não há nessa planilha de cálculo, que foi homologado, essa inclusão de uma pensão previdenciária.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA (RELATOR)

Não; não vislumbrei isso; não constatei essa inclusão.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

O eminente Des. Fausto Campos, revisor, também não detectou essa inclusão dessa pensão previdenciária nos cálculos da liquidação do mandado de segurança que concedeu apenas correção de proventos. Não há?

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (REVISOR)

Não.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Apenas um esclarecimento dentro da argumentação trazida pelo Des. José Fernandes. Se bem li e bem acompanhei o voto, Sua Excelência, o relator, traz que o mandado de segurança foi para diferença de proventos de 110%. Consta do seu relatório ou pelo menos do seu voto, e que o cálculo haveria sido correto, que houve apenas, se eu bem entendi, uma tentativa por parte do Estado em querer confundir os cálculos; mas que os cálculos estariam certos. Não é isso desembargador?

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA (RELATOR)

Exato.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Foi excluído, portanto.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES GOMES (PRESIDENTE)

Não havendo mais quem queira discutir, colho votos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Dr. HENRIQUE LUIZ DE LUCENA (OAB - 467-B/PE, pelo Estado de Pernambuco)

Senhor Presidente.

Só para esclarecer que a questão da pensão está expressamente consignada no acórdão rescindendo; é só ler a ementa.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

O voto do Des. Relator focou os pontos que eu havia destacado, que é da leitura do próprio relatório, que é do memorial que me foi entregue, afastando desde a questão da prescrição e passando pela homologação de cálculos historiando de forma tal que eu acompanho o voto da Turma.

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS

Acompanho o relator só frisando que não é o primeiro caso que vem essa alegação que, a partir da reforma do Código de Processo Civil, quando em liquidação um juiz homologar ou então utilizar o cálculo do contador para chegar ao valor da liquidação, isso seria nulo.

Ora, nos deparamos com frequência divergência entre o exequente e o executado, o juiz vai recorrer a quem? Vai para casa, chamar um contador para fazer o cálculo? Evidente, então essa regra do CPC, me perdoe, ela..., o juiz, às vezes, tem que recorrer ao cálculo do contador. Outro aspecto também aqui é o problema do falecimento da parte e o CP, no art. 265, prevê a suspensão, mas essa suspensão é mais para garantir o direito da parte, que não fique prejudicado, que não haja prejuízo. Mas não houve prejuízo porque a parte não precisou de nenhum ato diligencial, o processo prosseguiu. Em princípio, não havendo prejuízo, o processo tramitou normalmente e mesmo assim, só com essas considerações, acompanho o voto do relator.

DESEMBARGADOR ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

Com a Turma.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO

Presidente.

Também recebi memoriais do Estado, várias foram as teses apontadas, só uma eu vislumbrei a possibilidade de levar a uma orientação distinta da que chegou,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

que era sobre suposto excesso de execução pela inclusão de título não assegurado no acórdão e como tal, havia violação direta.

Mas acontece que o nobre Des. Jose Fernandes de Lemos parece que flagrou o mesmo olhar que eu tinha, fez as indagações dirigidas ao relator e ao revisor, que disseram que o fato não aconteceu. Se o fato não aconteceu... No mais, são quase quarenta anos que essa ação vem tramitando, não sei mais quantos terão que morrer, acho que, até o dia em que esse crédito pudesse ser efetivado. Se não houve, como disse que não houve o relator e o revisor, se o título do cálculo corresponde exatamente ao que foi assegurado no acórdão, não há o que se discutir.

Acompanho o voto da Turma.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

Senhor Presidente.

A primeira coisa que eu deveria, evidente que eu não poderia deixar de acompanhar o relator, porque não vi nenhuma falácia que viesse a por nódoa no brilhante voto de Sua Excelência, assim como, do revisor.

E porque digo.

Veja bem, me parece que não houve recurso especial, porque quando a Câmara enfrentou essa matéria e manteve, me parece, ou já havia sido decidido sobre a execução, havia sido decidido e caberia ao STJ decidir, pois não há a mínima condição de admitir uma rescisória, porque não existe como entrosar uma rescisória para rever como se uma nobre apelação se tratasse; sei que há o recurso nobre que é o especial, mas não se tratar aqui, é uma ação rescisória completamente incabível. Quarenta anos, isso vai quarenta mensalões se fosse falar de demora.

Acompanho a Turma.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI

Acompanho a Turma.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Senhor Presidente.

Certamente recebi memorial, mas não tive condições de ler e confesso que não estou em condições de proferir o meu voto, razão pela qual peço vista sem notas taquigráficas.

DECISÃO

"ADIADO O JULGAMENTO NA SESSÃO DO DIA 23.09.13, EM FACE DO PEDIDO DE VISTA DO EXMO. DES. LEOPOLDO RAPOSO, APÓS O VOTO DA TURMA (EXMOS. DESEMBARGADORES GUSTAVO LIMA E FAUSTO CAMPOS) PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA, TENDO SIDO ACOMPANHADO PELOS EXMOS. DESEMBARGADORES EDUARDO SERTÓRIO, EURICO DE BARROS, ALBERTO VIRGÍNIO (SUBST. O EXMO. DES. EDUARDO PAURÁ), LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, FERNANDO MARTINS (SUBST. O EXMO. DES. JORGE AMÉRICO LIRA) E MARCO MAGGI (SUBST. O EXMO. DES. JONES FIGUEIRÊDO). FALTAM VOTAR OS EXMOS. DESEMBARGADORES FREDERICO NEVES, FERNANDO FERREIRA, BARTOLOMEU BUENO E JOSÉ FERNANDES DE LEMOS. AUSENTE, JUSTIFICADAMENTE, O EXMO. DES. AGENRO FERREIRA.



1224

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

CORTE ESPECIAL – 30.09.2013

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 62945-0/03 – RECIFE

AUTOR: ESTADO DE PERNAMBUCO

RÉU: ESPÓLIO DE MARIA LUIZA DANTAS ALCOFORADO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

REVISOR: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

ADIADO O JULGAMENTO NA SESSÃO DO DIA 23.09.13, EM FACE DO PEDIDO DE VISTA DO EXMO. DES. LEOPOLDO RAPOSO, APÓS O VOTO DA TURMA (EXMOS. DESEMBARGADORES. GUSTAVO LIMA E FAUSTO CAMPOS) PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA, TENDO SIDO ACOMPANHADO PELOS EXMOS. DESEMBARGADORES EDUARDO SERTÓRIO, EURICO DE BARROS, ALBERTO VIRGÍNIO (SUBST. O EXMO. DES. EDUARDO PAURÁ), LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, FERNANDO MARTINS (SUBST. O EXMO. DES. JORGE AMÉRICO LIRA) E MARCO MAGGI (SUBST. O EXMO. DES. JONES FIGUEIRÊDO). FALTAM VOTAR OS EXMOS. DESEMBARGADORES FREDERICO NEVES, FERNANDO FERREIRA, BARTOLOMEU BUENO E JOSÉ FERNANDES DE LEMOS. AUSENTE, JUSTIFICADAMENTE, O EXMO. DES. AGENOR FERREIRA.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO

VOTO VISTA

Senhor Presidente, o meu voto é no sentido de, considerando que pretende o Estado de Pernambuco, com a presente ação rescisória, revisitar, rediscutir a matéria de mérito que transitou em julgado, acompanhando o voto daqueles que me antecederam, julgar improcedente a ação rescisória, pelos mesmos fundamentos.

É como voto, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES (PRESIDENTE)

Bom, temos o seguinte resultado: pela improcedência do pedido rescisório votaram os Desembargadores Eduardo Sertório, Fausto Campos, Eurico de Barros, Gustavo Lima, Alberto Virgínio, Luiz Carlos de Barros Figueiredo, Fernando Martins, Marco Maggi, e, agora, o Desembargador Leopoldo Raposo.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES

Acompanho a Turma.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Com a Turma.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES (PRESIDENTE)

Faltam votar os Desembargadores Bartolomeu e Fernando; mas, já temos decisão. No caso, 10 (dez) votos e já dá para anunciar o resultado.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE, JULGOU-SE IMPROCEDENTE A AÇÃO RESCISÓRIA, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS EXMOS. DESEMBARGADORES AGENOR FERREIRA, FERNANDO FERREIRA E BARTOLOMEU BUENO".
